Grupo Parlamentar

Projecto de Resolução n.º 414/XIV/1.ª

Pela construção do novo Hospital de Lagos com um planeamento adequado das suas valências futuras e integrado na rede de cuidados de saúde

O direito à saúde é fundamental, cabendo ao Estado assegurar uma eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde.

A Comunicação Social tem dado conta das más condições em que as unidades de saúde públicas se encontram a funcionar. De facto, os cuidados de saúde no Algarve têm-se degradado consideravelmente nos últimos anos. No distrito de Faro, das dez unidades hospitalares da região, três são públicas e sete privadas. Ainda assim, são os hospitais públicos, situados em Faro, Portimão e Lagos, que prestam a maioria dos cuidados de saúde à população.

O Hospital de Lagos tem sofrido a redução da sua capacidade de prestação de cuidados de saúde hospitalares às populações dos concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, bem como aos turistas nacionais e estrangeiros que visitam esta região. Foram retirados serviços e valências, designadamente bloco operatório e maternidade, e reduzidos os recursos humanos e materiais, apesar dos insistentes e repetidos protestos públicos e tomadas de posição quer pela população, quer pelas autarquias locais que culminaram com a apresentação de uma Petição com o n.º 615/XIII/4 que, contando com mais de quatro mil assinaturas, solicita a adopção de medidas com vista à construção do novo hospital de Lagos.

Os peticionários fazem um relato detalhado da evolução desta problemática. Importa destacar que, em 2000, a Comissão Municipal de Saúde de Lagos deliberou considerar urgente a adequação do Hospital de Lagos à completa prestação de serviços, o que exigia a sua relocalização, dada a inviabilidade de ampliação das instalações existentes, não só pela exiguidade dos terrenos, como pelo facto de estarem adossadas às muralhas da cidade classificadas de Monumento Nacional, que havia que libertar e valorizar.

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.440
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

Adicionalmente, muitos têm sido os esforços do Poder local para que tal aconteça. Em Março de 2004, a Assembleia Municipal de Lagos promoveu entre a população das Terras do Infante um Abaixo Assinado, exigindo a "relocalização em instalações condignas" do então Hospital Distrital de Lagos. Também os presidentes das Câmaras Municipais das Terras do Infante e a Comissão Municipal de Saúde de Lagos publicaram em Maio de 2004 uma Carta Aberta dirigida ao Ministro da Saúde, exigindo a "reabertura do bloco operatório", pedido que não foi atendido.

Também no Hospital público mais próximo, o de Portimão, aquele que mais depressa poderia responder às carências actuais do hospital de Lagos, os utentes e profissionais do sector têm alertado para a falta de condições de trabalho e atendimento; os elevados tempos de espera para as consultas e cirurgias; o estado das Urgências, bem como a falta de médicos, enfermeiros e auxiliares.

Esta situação repete-se no Hospital de Faro. A falta de recursos humanos e financeiros originou mesmo, em Fevereiro deste ano, várias demissões na direcção desta unidade do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, CHUA.[1]

A crise do Serviço Nacional de Saúde (SNS) arrasta-se há demasiado tempo no Algarve, que se destaca como a região do país com uma avaliação mais negativa à qualidade dos serviços de saúde em Portugal, como revelou a sondagem SIC/Expresso em Fevereiro:

"Há escassez de especialistas, doentes encaminhados para Lisboa, extensões de saúde que fecharam, outras funcionam em dias alternados, há utentes que ficam meses há espera de consulta nos centros de saúde ou a ser encaminhados para as urgências hospitalares por não haver resposta local."

Os dados do INE de 2019 confirmam que proporcionalmente morrem mais pessoas nos hospitais do Algarve que em qualquer outra região do país.

[1] Cfr. https://www.portalenf.com/2020/02/novas-demissoes-reabrem-crise-no-hospital-de-faro/

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.440
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

Faltam gabinetes de consulta, equipamentos, as condições físicas são degradadas e dimensionadas para uma realidade de há décadas atrás, as condições de trabalho são más, e existem ainda falta de camas de internamento. O Algarve é a região de Portugal com menor número de camas por habitante. Partindo de uma população de 442 mil habitantes e um número médio de camas hospitalares de 330/100 mil habitantes (PORDATA), o Algarve devia ter, no mínimo 1350 camas hospitalares. Actualmente, o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve (CHUA), única estrutura hospitalar pública da região, que inclui o Centro de Reabilitação do Sul, dispõe de 950 camas, aproximadamente.

Em entrevista à Comunicação Social, o Governo admitiu a necessidade da construção do Hospital Central do Algarve, acrescentando que em 2020 se iniciaria o planeamento da obra para que pudesse começar a ser executada em 2021. Não foi, até à data, de acordo com as informações que dispomos, tomada qualquer diligência nesse sentido.

Esta continua a ser, quanto a nós e para a população algarvia em geral, uma urgência regional.

Face ao exposto, para o PAN, deve avançar-se com a construção do novo Hospital de Lagos enquanto infra-estrutura de saúde de proximidade, contando que, como condição, exista desde logo um planeamento adequado das suas valências futuras, nomeadamente ao nível dos serviços de saúde prestados. O objetivo é que esta unidade se possa apresentar como uma efectiva mais-valia devidamente enquadrada na visão de uma rede regional de unidades de saúde, que vise mitigar os graves problemas do Algarve, servindo melhor as populações e oferecendo uma adequada resposta às necessidades emergentes de acesso à saúde, tanto em Lagos como nos concelhos envolventes.

Nestes termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.440
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt

- Avance com a construção do novo Hospital de Lagos, enquanto infra-estrutura de saúde de proximidade, com um planeamento adequado das suas valências futuras e integrado na rede de cuidados de saúde.

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2020.

As deputadas e o deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Cristina Rodrigues

Inês de Sousa Real

Assembleia da República - Palácio de São Bento, Gabinete PAN, 1249-068 Lisboa
Telefone: (+351) 213.919.000 | Fax: (+351) 213.917.440
Email: pan.correio@pan.parlamento.pt | Website: www.pan.com.pt